

TEORIAS FEMINISTAS: LIBERAÇÃO E SOLIDARIEDADE NO PLURAL

FRANCINE DESCARRIES*

Université du Québec à Montréal



As últimas décadas tem sido o teatro do renascimento do movimento feminista em várias regiões do mundo. Desenvolveu-se como mentor de um reagrupamento democrático sem precedentes, contestando a onnipresença das categorias de sexo na organização e na estruturação das sociedades, bem como discurso crítico das condições de produção e de reprodução das relações sociais de sexo. É difícil alcançar a amplitude do acontecimento histórico que constitui a emergência contemporânea de um saber e uma prática feministas, sua integração, mesmo de forma imperfeita, aos campos do conhecimento e das representações sociais.

Está claro que a enunciação de uma “outra” palavra pelas mulheres, assim como a expressão de reivindicações que concernem a igualdade, não é um fenômeno contemporâneo. Traços antigos e eloquentes atestam-no, deixados por Christine de Pisan (1364-1430), Apha Behn (1640-1680), Olympe

* Francine Descarries é doutora em Sociologia pela Université de Montréal. Professora do Departamento de Sociologia da Université du Québec à Montréal (UQAM) desde 1985. É membro do Comitê Externo de direção do Fundo para Pesquisa para a Condição Feminina Canadá (CFC) e do Comitê de Edição da Federação canadense de Ciências Humanas e Sociais. Francine Descarries é atualmente diretora universitária da Aliança de Pesquisa IREF - Relais Femmes, que abriga mais de 25 pesquisadoras e cerca de 20 grupos comunitários. Membro fundadora do IREF (Institut de recherches et d'études féministes de l'UQAM), suas pesquisas são relativas às teorias feministas, movimento das mulheres do Québec, maternidade e articulação família-trabalho na experiência das mulheres.

Tradução: Tania Navarro Swain (Universidade de Brasília).

de Gouges (1745-1793), Mary Wollstonecraft (1759-1797), Flora Tristan (1803-1844), Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan B. Anthony (1820-1906), para citar apenas alguns nomes que conseguiram passar à posteridade.¹

Entretanto, apenas no presente século e em um reduzido número de sociedades começaram a cair as barreiras, sanções institucionais e estruturais presentes em ordens sociais, profundamente androcêntricas. E ainda mais recentemente as mulheres, sem aparecer como figuras de exceção², conseguiram impor como legítima sua participação no mundo das idéias e da ciência³, dignas de aí estar e permanecer.

Nascido da revolta das mulheres face às normas e condições que presidiavam seu destino pessoal e seu confinamento à esfera privada, o movimento feminista contemporâneo tornou-se rapidamente, no decorrer dos anos 60, um projeto intelectual e político para pensar e agir o “Nós Mulheres”, anunciado pelo aparecimento do Segundo Sexo de Simone de Beauvoir em 1949 e tornado viável graças às grandes mobilizações coletivas desta época.

Em práticas de resistência, os objetivos dos movimentos das mulheres levaram rapidamente militantes e intelectuais à apreensão singular da dinâmica sexuada das relações sociais, desmistificando uma tradição intelectual e científica que as havia excluído até então de seus locais de produção. Propunham, como Ti-Grace Atkinson, o trabalho de teorização como um ato militante.⁴ Nesta ótica, os Estudos Feministas⁵ seguiram um caminho intelectual comum, apesar das divergências, afim de opor-se aos pressupostos androcêntricos dos saberes dominantes e assim escapar à rigidez das proposições normativas e ao fechamento do pensamento binário e estático do feminino e do masculino. Deste modo, puseram em evidência o que era oculto ou invisível: os processos sexuados em ação na estruturação do social e do conhecimento. Várias propostas e concepções foram assim formuladas, tendo em vista conter os efeitos perversos de uma organização social, na qual os lugares e as atividades dos indivíduos são naturalizadas e hierarquizadas segundo o pertencimento a um sexo ou outro.

Resultado de “negociações complexas,”⁶ flexíveis e comuns, por um lado revelavam a imperiosa necessidade teórica de interpelar, do ponto de vista das mulheres, um saber dominante construído quase exclusivamente a partir da experiência e das representações dos homens; por outro, a não

menos imperiosa necessidade de engajar e alimentar as lutas políticas e o militância no cotidiano. De fato, os Estudos Feministas se enunciam, desde sua emergência, em múltiplas vias, múltiplos lugares de produção e evoluem em diversas direções.

Apresentam-se como críticas epistemológicas dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade; como refutação dos modelos teóricos dominantes, propostos para pensar e dizer as mulheres e suas vidas; como interrogações sobre a condição das mulheres e sua posição na história; como escrita literária para escapar ao fechamento e à exclusão da linguagem androcêntrica; como reflexões políticas engajadas em prol de um ideal democrático e de transformação das instituições sociais que legitimaram e atualizaram, no decorrer do tempo, a construção social e cultural dos sexos.

Os Estudos Feministas são igualmente e de forma específica, procedimentos sociológicos e metodológicos para constituir as mulheres enquanto categoria social e colocar o sexo/gênero como categorias de análise, bem como para desconstruir as representações e os mecanismos reconstitutivos da divisão social dos sexos e de outros sistemas de dominação.

Parte integrante de um movimento social de maior envergadura, cujos objetivos partilham, os Estudos Feministas contribuem assim à renovação dos saberes, à instauração da incerteza face à pretensa objetividade das ciências instituídas, à transformação das práticas e à formulação de uma visão outra da sociedade. Nesta perspectiva, ao menos no Ocidente, os Estudos Feministas fizeram ser aceita a idéia de que não era mais possível pensar e agir no mundo como antes, isto é, “de maneira que detrás da categoria abstrata do humano universal apague-se sistematicamente, exclua-se ou recuse-se as experiências da metade ou mesmo da maioria do gênero humano.”⁷

Desta forma, forçaram a ampliação do espaço de criatividade e de observação das disciplinas e levaram-nas, com maior ou menor sucesso, a mergulhar em um exercício de criatividade para conceber “as transformações que a presença das mulheres pode aportar ao campo cultural geral”⁸ e em todos os aspectos da vida social.

Inscrevendo as relações sociais de sexo no centro de sua elaboração conceitual e fazendo da transformação destas um objetivo estratégico, os Estudos Feministas impuseram-se progressivamente nas ciências humanas

como caminho crítico e problemático da mudança do social. Em um *continuum*, cuja complexidade e riqueza derivam da diversidade e da inter-relação das perspectivas adotadas, assim como das oposições observadas entre estas, várias proposições teóricas foram enunciadas; interpelava-se assim a divisão e a hierarquia inerentes à sexuação das relações sociais em todas suas dimensões. O objetivo: produzir sujeitos-mulheres autônomos, atrizes de suas próprias vidas e do jogo político, em um processo igualitário de liberação.

Nesta perspectiva, ambicionavam subtrair as mulheres, enquanto categoria social, “do arcabouço do mesmo e da generalidade do feminino, sob a qual o patriarcado as cobriu.”⁹ Demonstravam que, por um lado, as relações de sexo são um sistema¹⁰ e que, por outro, neste sistema “a categorização de sexo é um processo dinâmico através do qual a posição de cada um dos grupos de sexo em relação ao outro é sem cessar redefinido,”¹¹ recomposto, nomeado e marcado, segundo as épocas e os lugares.

O pensamento feminista atual ou melhor, os pensamentos feministas, oferecem ainda estas mesmas possibilidades, participam às mesmas finalidades? Continuam a pensar um novo contato entre os sexos? Propõem “outras definições do movimento (das mulheres) e de seu sujeito político?”¹² Enfim seriam capazes de alimentar uma luta feminista solidária, uma política de coalisão aberta às diversidades e às diferenças “sem cair na armadilha de uma infinita fragmentação”¹³? Eis algumas das interrogações que constituem o fio condutor do presente ensaio.

Nesta ótica, eu argumentaria que o futuro dos Estudos Feministas – ou de uma sociologia das relações de sexo – dependerá de sua capacidade para analisar os problemas e as contradições que derivam tanto das escolhas ou recusas formuladas pelas mulheres ao longo das últimas décadas, quanto da insistência em preservar, redefinindo-a, a identidade feminina.

A contribuição normativa e estratégica dos Estudos Feministas, acrescentaria, está ligada à sua eficácia em manter a consciência de um destino comum de mulheres que atravessa o conjunto das relações sociais, atenta à diversidade das identidades, das preocupações e das experiências das mulheres, tanto em escala local quanto nacional e planetária. Atenta igualmente aos “movimentos das fronteiras da desigualdade e as incessantes decompo-

sições e recomposições das partilhas¹⁴ e das hierarquias entre os sexos.

Sem dúvida, as advertências contra as generalizações abusivas ou as pretensões de falsa universalidade, reiteradas sem cessar ao longo da última década pelas feministas americanas e pós-estruturalistas – comentaremos isto mais tarde – não podem ser simplesmente descartadas. São bastante profícuas, principalmente quando assinalam o esfacelamento do potencial explicativo e mobilizador das grandes narrativas que ambicionavam tudo esmiuçar. Incitam, em consequência, o desenvolvimento de reflexões teóricas melhor situadas e menos ligadas às perspectivas dominantes, bem como a elaboração de estratégias de solidariedade, em lugar de consensuais, no movimento das mulheres. No decorrer desta última década, este tipo de admoestação modificou extensamente o perfil dos Estudos Feministas, orientando o teor de seus debates para as problemáticas da identidade, da igualdade e da diferença dos sexos.¹⁵

De minha parte, a análise dos escritos das teóricas, cujos nomes são mais freqüentemente associados à uma crítica feminista pós-moderna, leva-me a postular que nem o recurso único à uma alternativa feminista anti-racional, nem a evocação isolada dos cânones da modernidade podem permitir uma resposta adequada às exigências teóricas e aos objetivos políticos do movimento das mulheres.¹⁶

Mas antes de levar em frente esta reflexão, seria necessário fazer um breve retorno às três principais correntes do pensamento que estão, a meu ver, na origem do florilégio de idéias, da escolha de temas e do conteúdo dos debates presentes no Estudos Feministas. Além disto, estas três correntes, que constituem um *corpus* teórico sobre o qual formaram-se os Estudos Feministas, estão sendo atualmente revisitadas pelas polêmicas que as atravessam, particularmente em torno dos conceitos de relações de poder, de gênero, de identidade feminina, de diferença/diferenças ou universalidade.

A primeira corrente é o Feminismo Igualitário ou Universalista que liderou o ressurgimento do movimento nos anos 60 e fomentou a adoção de uma *questão das mulheres*; atualmente, continua a fundamentar a ação de um grande número de organizações feministas e de organismos governamentais e sindicais. A segunda corrente é o Feminismo Radical, que ocupa uma grande parte do espaço teórico dos anos 70 e propõe uma leitura feminista das

relações sociais de sexo nos termos de dominante e dominada. Algumas tendências desta corrente apresentam-se sob diversas formas, ao longo dos anos 80. Podem ser reagrupadas em torno de um movimento muitas vezes designado como Feminismo Global,¹⁷ mas que, de minha parte, prefiro chamar de Feminismo Solidário.¹⁸ Enfim, a terceira corrente é a do Feminismo da Femitude (fémelleité),¹⁹ que se desenvolve paralelamente às diferentes tendências do feminismo Igualitário e Radical.

Esta corrente, da Femitude, aparecerá na década de 80, como visão alternativa para revalorizar a experiência concreta ou simbólica das mulheres e dar às dimensões privadas de suas vidas (maternidade, cuidados e educação das crianças, relações íntimas) uma expressão ética e estética.

É preciso, porém, insistir que uma tal categorização, assim como as denominações empregadas para designar tais correntes de pensamento, vistas como dominantes, permanece uma proposta aberta e não exclusiva de classificação. É utilizada apenas para que possamos nos situar na efervescência e na movimentação das idéias e das propostas teóricas apresentadas pelos Estudos Feministas há mais de 30 anos.

Não deve, sobretudo, servir para enclausurar a palavra das mulheres em um molde rígido: as fronteiras entre cada uma dessas correntes não são de modo algum estanques e movimentam-se segundo as autoras, os lugares de produção e os períodos. Do mesmo modo, deve-se sublinhar que a predominância de uma corrente de pensamento no decorrer de um momento histórico dado não significa absolutamente o desaparecimento de outras propostas que a precederam no tempo.

TRÊS CORRENTES, TRÊS PERSPECTIVAS DA DIVISÃO SOCIAL DOS SEXOS E DAS ESTRATÉGIAS DE LIBERAÇÃO

Além de seu desejo de implantação de uma sociedade não sexista, de sua convergência em relação a um sistema de enunciados, visando fornecer um novo sentido às relações sociais de sexo e de suscitar a emergência de sujeitos-mulheres plenamente autônomos, as teorias do feminismo podem ser separadas segundo as distinções que fazem em sua leitura da divisão

social dos sexos e da problemática da libertação.

As propostas que avançam não são irredutíveis umas às outras. Distinguem-se tanto por sua filiação teórica, seu instrumental conceptual e sua visão de mundo, quanto pelo lugar ou a natureza de seu olhar, as dimensões de análise privilegiadas e os objetivos relacionais e sociopolíticos que pretendem. Por este motivos, desde seu ressurgimento ao longo dos anos 60, o movimento feminista contemporâneo não será o lugar de uma só palavra, de um único programa ou de objetivos homogêneos.

Nesta época, assim como atualmente, suas problemáticas ocupam diversas perspectivas. Carregam os traços de seus contextos socioculturais, marcadas profundamente pelas culturas intelectuais e organizacionais dominantes dos grandes centros onde surgiram: Estados Unidos, França e Grã-Bretanha.

O FEMINISMO IGUALITÁRIO

O Feminismo Igualitário representa, sem dúvida, a problemática que conseguiu reunir o maior número de mulheres desde o apelo lançado por Betty Friedan em 1963.²⁰ Herdeiro da tradição das *suffragettes* e dos movimentos antirracistas americanos, reivindicava a igualdade de direito e de fato para todas as mulheres, em nome do direito inalienável de cada indivíduo à igualdade e à autodeterminação.

Voltado principalmente para a ação,²¹ preocupou-se pouco em produzir uma análise crítica dos fundamentos da desigualdade. A igualdade dos sexos é colocada como fim, sem exegese, e sua aceitação deriva de uma adesão ao pensamento liberal. Para as feministas igualitárias, os papéis socialmente impostos na divisão sexual do trabalho constituem a principal fonte de discriminação e de conflito entre os sexos, enquanto que as injustiças sofridas pelas mulheres são interpretadas como restos de condições socioculturais anacrônicas.²² O acesso à igualdade passaria prioritariamente pela abolição das condições discriminatórias vividas pelas mulheres na esfera da educação, do trabalho e da política. Nesta perspectiva, a palavra de ordem era modificar a socialização e a educação das meninas, reformular as tarefas domésticas na

FRANCINE DESCARRIES

família e favorecer o acesso das mulheres aos locais de saber e de poder econômico ou político.

Tratava-se, em suma, de agir em função de uma transformação das mentalidades e das práticas familiares e públicas – e não necessariamente os papéis – a fim de que mulheres e homens pudessem realizar seu potencial como indivíduos livres e autônomos. Ideologicamente fundada sobre uma perspectiva otimista quanto à capacidade de reforma do sistema patriarcal, a corrente igualitarista contava com a vontade e o investimento pessoal das mulheres para obter uma *igualdade de chances* com os homens. Constituiu, de certa forma, a plataforma moderada do movimento das mulheres.

A RESPOSTA DAS RADICAIS

A partir dos anos 70, as problemáticas radiciais irão dominar o movimento intelectual e político do movimento das mulheres.²¹ Retomando alguns temas anunciados por Simone de Beauvoir (1949), mas distanciando-se de algumas “escórias naturalistas e sexistas que seu pensamento carrega,”²⁴ tomam forma na recusa das feministas em se definir através da “relação de tutela que as ligava ao socialismo.”²⁵ De Simone de Beauvoir as radicais retomam sobretudo a idéia que a hierarquização sexual, como modo de organização das relações sociais, não poderá ser abolida senão quando todas as mulheres forem libertadas de suas funções biológicas ou dos deveres de *maternage* (maternidade e cuidados).

Rejeitam as ambigüidades que se encontram nas perspectivas naturalistas do Segundo Sexo, segundo as quais os homens possuem uma transcendência ligadas à suas capacidades e atividades de criação, enquanto que uma tal ‘consciência de si’ e da história não seria acessível às mulheres, senão ao preço do desaparecimento de si em proveito do Outro.

Deste modo, se as feministas radicais não subscrevem ao preceito: *o socialismo primeiro, e o resto seguirá*, não aceitam tampouco associar-se à reivindicação das igualitárias: *emprego em primeiro lugar e o resto virá*. Onde estas últimas permanecem ligadas às normas familiares, às regras do jogo político e ao individualismo da sociedade liberal, as feministas radicais se opõem à toda

solução de compromisso. Entretanto, apesar de suas posições teóricas divergentes, muitas vezes fizeram aliança com as igualitárias a fim de participar de seu poder de pressão para reivindicar reformas necessárias à eliminação de discriminações e à obtenção ao direito de autodeterminação por todas reclamado.

Onde as feministas Igualitárias não viam senão anacronismos e os efeitos de um sistema a ser aperfeiçoado, as Radicais viam uma ordem patriarcal sexista e a manifestação de uma relação de poder alimentada pelos conflitos entre as *classes de sexo*. Enfim, enquanto as Igualitárias criticavam os papéis em vez das estruturas, as Radicais reivindicavam a abolição das instituições patriarcais para acabar com o determinismo biológico e concretizar seus objetivos libertadores.

A denominação *radical* tem contornos largos e instáveis mas refere-se primeiramente à “radical” em termos de “raízes,” de buscas dos *mecanismos* produtores das desigualdades. Aplicada ao pensamento feminista, leva a quatro grandes tendências principais: o feminismo Materialista, o feminismo Socialista, o feminismo da Especificidade ou Autonomista e o feminismo Lesbiano.

Na problemática feminista Materialista, a classe dos homens é expressamente nomeada por Christine Delphy como *o inimigo principal*²⁶, enquanto a interrelação entre as ordens patriarcal e capitalista são objeto de análise do feminismo Socialista. Uma e outra tendência denunciam a ocultação e a apropriação do valor econômico do trabalho produtivo das mulheres²⁷ e se interessam à maternidade como forma de opressão individual e coletiva.²⁸

As teóricas da corrente da Especificidade, por sua vez, *Women Centered*, assim denominadas nos Estados Unidos, advogam em favor de uma concepção autonomista das lutas das mulheres. Situam o princípio da opressão comum e específica das mulheres na instituição familiar²⁹ e mais particularmente na obrigação e gratuidade do trabalho doméstico³⁰. Seu campo de observação engloba o estudo da cultura da opressão e a ética das mulheres tal como se exprimem através das representações, dos comportamentos e práticas da maternidade³¹ e enfim, a análise das relações mãe/filhas.³²

Enfim, o feminismo radical Lesbiano vê na heterossexualidade compulsória a manifestação da aculturação ao poder e à sexualidade masculina.³³

Coloca o lesbianismo como escolha política no seio do feminismo e propõe um trabalho teórico sobre o conceito da *sororidade* no quadro de um *continuum* lésbiano.

Isto posto, podemos observar que as diferentes tendências radicais encontram-se e completam-se em sua denúncia da sociedade patriarcal. Seus discursos rompem com o ideal da repetição do “mesmo” e denunciam a naturalização da diferença entre os sexos como fundamento da opressão. O argumento predominante é que as mulheres são oprimidas e exploradas individual e coletivamente em razão de sua identidade sexual. A corrente radical postula que não há domínio privado em uma existência pessoal que não seja político e dá primazia às lutas das mulheres.

Assim, o questionamento radical interessa-se em particular às múltiplas manifestações sociais de opressão/exploração das mulheres; às relações de interdependência entre reprodução biológica e reprodução social; ao arbítrio da divisão social em domínios público e privado e à desvalorização - ocultação do trabalho mercantil e não mercantil produzido pelas mulheres.

Com o risco mais uma vez, de simplificação, reagrupei sob o nome de ‘Feminismo Radical’ as diversas problemáticas que, na busca de uma teoria geral de relações de sexo, tiveram por premissas comuns a identificação do patriarcado como sistema socioeconômico e político de apropriação das mulheres e o reconhecimento da existência de uma *classe das mulheres*; estas constituem uma classe política na medida em que são, individual e coletivamente, exploradas e apropriadas pela *classe dos homens*, para produção e reprodução. Esta mesma denominação engloba igualmente a crítica epistemológica feminista que levou a um reexame crítico dos pressupostos e critérios do método científico.

Para as feministas Radicais impõe-se a evidência de que as grandes narrativas, cuja pretensão é representar todo o espectro da experiência humana, traduzem essencialmente a supremacia masculina. Disto decorre a imperiosa necessidade de separar, de afastar a pesquisa feminista de um *savoir-faire* e de um *savoir dire* androcêntrico.

Assim o Feminismo Radical incita a romper com a objetividade da ciência moderna, que separa a teoria e a ação e pressupõe a separação do pesquisador e o mundo de valores no qual se insere, de sua subjetividade e

experiência. Assim, a validade e a legitimidade da pesquisa feminista não repousariam sobre sua objetividade ou neutralidade de seus métodos, mas sim sobre o reconhecimento pela pesquisadora ou pesquisador de sua posição situada³⁴ e de sua capacidade de reconhecer as dimensões hierarquizadas e institucionalizadas das relações de sexo.

Trata-se, neste caso, de propor modelos de análise que integrem as mulheres como categoria sociológica e de enfatizar seu ponto de vista e de seu mundo cotidiano³⁵, deixando de lado a representação truncada da sociedade e das relações sociais reproduzidas pelas ciências sociais.

Dito de outra forma, trata-se de romper com o *habitus* científico dominante. Inscreve-se assim, nos modelos teóricos, o sentido e a natureza das relações de “sexagem”, relendo-se a experiência das mulheres através da realidade de sua vida quotidiana. Configuram-se desta maneira, estratégias e propostas de ação para atingir seus objetivos, tanto pelas feministas materialistas e socialistas, quanto as da especificidade e lesbiana.

Para muitas, os temas e os problemas abordados pelo Feminismo Radical serão percebidos como estranhos ao vivido quotidiano das mulheres, pois sexualidade, amor, casamento e família são designados, em sua interdependência, como lugares institucionalizados da opressão das mulheres e da apropriação de seus corpos e de seu trabalho. A dimensão negativa e negativista do discurso assusta e afasta, pois se, para as feministas radicais, trata-se de desenvolver uma consciência de classe, a ênfase dada aos efeitos perversos do que Kate Millet chamou de *heterossexualidade perversa* – violência conjugal, incesto, pornografia, mutilação sexual, dependência afetiva e social, etc – dava a muitas a impressão que uma tal problemática reservava lugar reduzido, apesar das intenções do início, ao quotidiano vivenciado das mulheres, relegando-as a um status de vítimas.

Para outras, o radicalismo não consegue ou recusa-se a colocar a questão das necessidades comuns e essenciais das mulheres, dos homens e das crianças e evacua, desta forma, toda reflexão construtiva sobre a identidade feminina e a diferença. O feminismo Radical mostra-se impotente, constata Geneviève Fraisse³⁶, para modificar a antiga alternativa face à qual as mulheres se debatiam: a assimilação ao outro sexo e a sobredeterminação da diferença.

Pela sua insistência militante em privilegiar as noções de *classe das mulheres*, de comunidade de destino ou de lutas coletivas em seus esquemas explicativos, será ainda criticado por não conceder importância suficiente à diversidade e multiplicidade das identidades sociais que constituem as mulheres como sujeito social. Em resumo, a corrente radical parecia incapaz de quebrar a lógica do pensamento dualista, reproduzindo um modo de análise que poderia enclausurar mulheres em um sistema fechado de relações sociais. Estas críticas anunciam o pano de fundo sobre o qual se elaborarão os debates das duas últimas décadas no seio dos Estudos Feministas.

Temos a reter até o momento que a perspectiva do Feminismo Radical teve o grande mérito de pôr em evidência o caráter específico da opressão das mulheres, de situá-las e de desconstruir os argumentos naturalistas e culturalistas invocados desde tempos imemoriais para legitimar as relações de poder entre os sexos. Contribuiu também a colocar em questão as pretensões universalistas de todo saber construído sobre a exclusão das mulheres. Mais concretamente, em ruptura com as interpretações dominantes, permitiu ver, através dos conceitos patriarcais de divisão sexual do trabalho e da dicotomia privado/público, que o verdadeiro problema, aqui e alhures é a dominação e não a diferença entre os sexos³⁷.

Além disso, o Feminismo Radical levou a interpretar-se as violências feitas às mulheres não como um problema individual ou psicossocial, mas como um mecanismo de regulamentação social, modo de controle social. Estas contribuições foram determinantes para quebrar a lei do silêncio no que tange os temas considerados tabu e recolocar em uma perspectiva societal e dialética a vida sexual, afetiva, familiar, econômica e sociopolítica das mulheres. Enfim, o conceito de *patriarcado* foi de uma importância política capital para inscrever as lutas das mulheres como luta social, da mesma forma que as lutas empreendidas por outros grandes movimentos sociais³⁸.

A RECONCILIAÇÃO DO FEMININO E DO MATERNAL

A conjuntura do início dos anos 80 levou a um arrefecimento da maior parte das teses coletivistas em prol da redescoberta do individualismo, de um

retorno ao privado e da valorização da qualidade de vida. Nesta ótica, a teoria feminista Radical perde de sua autoridade como modelo de interpretação e *locus* de mobilização política. Além disso, encorajadas pelos ganhos substanciais realizados na esfera pública, muitas mulheres ocidentais revelaram seu desejo de evitar novos sobressaltos que pudessem desestabilizar sua maneira de ser a dois e de viver sua maternidade: seu sonho de harmonia e estabilidade na “era do efêmero” coabitava dificilmente com a oposição radical.

Questões acessórias no quadro da análise Igualitária, negadas pelas formas mais agressivas do Feminismo Radical, a maternidade, a identidade e a diferença,³⁹ e eventualmente, a relação homens/mulheres⁴⁰, alçam-se assim à lista dos temas principais do néo-feminismo.

Para algumas, a consciência de ter marginalizado ou apagado sua vivência de mulher e de mãe incitou-as a estabelecer uma ponte entre um radicalismo denunciador e um modelo igualitarista redutor, a fim de se reapropriar de sua experiência de mulher e mãe e de problematizá-la, de forma coerente, em relação à sua vida individual e coletiva. Inquietas de ver tantas mulheres condenadas ao sobretrabalho, à pobreza e à exclusão, as feministas néo-igualitaristas puseram-se em busca de um novo alento.⁴¹

Sobre um fundo de “basta” às super-mulheres e ao diagnóstico da crise da família e do casal, muitas se insurgem contra a ineficiência e a parcialidade do rearranjos encontrados nos papéis de sexo. Denunciaram a incapacidade do mundo do trabalho a cumprir suas promessas de autonomização e de realização de si e sugeriram a reavaliação com pragmatismo de certos valores que foram destacados, assim como as escolhas propostas.⁴²

Outras adotam o tom da motivação e do otimismo para convidar as mulheres a tomar consciência de seu poder e incitá-las a usá-los de maneira positiva em suas negociações pessoais, profissionais e políticas.⁴³ Finalmente, no contexto das discussões sobre a pertinência do princípio de paridade e dos programas de acesso à igualdade, muitas se interessaram às contradições e problemas levantados pela persistente disparidade entre a igualdade formal e a igualdade de fato, particularmente nas esferas profissionais e políticas.⁴⁴ Indagavam se as mulheres ficaram presas à “armadilha da igualdade” e assim iniciam um debate sobre a oportunidade de aplicar as medidas diferenciais ou

de discriminação positiva para compensar os efeitos negativos sempre presentes na discriminação sistemática.

Nesta ótica, Okin⁴⁵ nota que a questão crucial à elucidar a respeito da lei – como em relação a toda instituição social – não é tanto de saber se esta trata ou deveria tratar as mulheres e os homens diferentemente ou da mesma maneira, mas sim de saber se ela “encoraja a dominação dos homens e a desvantagem das mulheres.”⁴⁶

Entre estes pólos de reflexão, um consenso estratégico se destaca para reclamar a atenuação, imediata, da dupla jornada de trabalho, cujo peso é ainda largamente suportado pelas mulheres e a instauração de medidas de apoio à família e às trajetórias profissionais. Para outras, que escolheram o abandono da problemática da igualdade ou da oposição sociopolítica, trata-se de oferecer à cada mulher as vozes/vias de sua liberação para fazer um contrapeso ao silêncio obscurantista da psicanálise sobre o sujeito feminino ou à recusa militante das radicais de problematizar o território feminino. Interessam-se mais aos problemas de ética e de identidade do sujeito feminino que à dimensão sexuada das relações sociais.⁴⁷

Muitas vezes em situação de exterioridade em relação às práticas e à ação feminista, estas novas palavras, múltiplas e dispersas, propõem uma reflexão epistemológica sobre a diferença, o gênero, a feminilidade e o feminino. Constituindo uma espécie de obscurecimento dos discursos feministas anteriores, invadem o espaço teórico com discussões sobre o sujeito feminino, o corpo, a gestação, a procriação e o prazer materno, vistos como espaços distintos e lugares primevos de diferença e de relação ao Outro.

As teóricas desta corrente que chamo de Feminismo da Femitude (*fémelleité*) propõem como solução uma teoria do feminino-materno que privilegiaria a reapropriação do território e do imaginário femininos, próprios à experiência do corpos sexuada e da procriação.

Em um contexto onde, por outro lado, o desenvolvimento de novas tecnologias de reprodução transforma as bases da relação das mulheres à procriação, seus discursos reintroduzem a idéia da maternidade como *locus* de encontro entre a natureza e a cultura. As teóricas *fémelleístes* vem assim o *espaço identitário* específico das mulheres e a fonte cognitiva de uma ética feminina em ruptura com as lógicas produtivistas e tecnicistas.

Nomeando o feminino-materno como via de liberação e contra-poder a ser protegido do patriarcado e do assujeitamento aos valores mercantis, as adeptas desta corrente exprimem não somente sua incredulidade quanto aos discursos igualitários e radicais, mas ainda seu temor de ser aprisionadas, negadas, pelas reivindicações propostas pelo movimento das mulheres. Muitas delas mostram-se mais do que céticas quanto à validade de manter um diálogo com os discursos dos saberes dominantes na corrida à produtividade e ao poder social. Temem também que a recusa de se identificar a um destino natural e à conceituação do trabalho assalariado como via de emancipação venham privar as mulheres de seus saberes específicos e de sua singularidade, ou seja, de sua própria identidade.

Enfim, suspeitam que a insistência radical em designar a família e o *maternage* como forma de opressão econômica, sexual e psíquica das mães levará, da mesma forma que o pensamento racionalista moderno, ao esfacelamento da ética feminina. Inquietações que, aliás, não somente são estranhas à determinação de condições objetivas reais de dependência e inferioridade vividas pelas mulheres, em suas relações instituídas à maternidade e ao casal, mas ainda que não apresentaram nenhum objetivo de transformação da dinâmica das relações sociais sexuadas.

Não quero dar a impressão de que há uma homogeneidade de pensamento entre as autoras que agrupei sob a denominação *fémelléiste*.⁴⁸ A evolução múltipla do discurso feminista ao longo dos anos 80 exigiria distinções mais acuradas. Contentar-me-ei com a distinção de duas tendências que, no decorrer da década seguinte, serão esmiuçadas tanto pelas militantes quanto pelas intelectuais feministas.

A primeira reúne as pensadoras da Diferença, entre as quais encontram-se várias americanas.⁴⁹ A segunda, que as críticas americanas dos anos 90 qualificarão abusivamente de *french feminism* associando-a, sem as necessárias nuances, à corrente radical, desenvolve-se entre as protagonistas da crítica psicanalítica e literária francesa.⁵⁰

Os trabalhos das feministas da Diferença situam-se na continuidade da reflexão desenvolvida principalmente nos Estados Unidos no interior da tendência radical da especificidade.⁵¹ Mas se esta última apoia a negação radical da diferença e a denúncia das instituições patriarcais, uma outra concepção

vai informar a maior parte dos trabalhos da corrente da Diferença, ou seja, que as mulheres seriam portadoras de uma cultura outra, de um novo projeto social.⁵² Sua resposta é sem equívoco. Inspirando-se da tese de Nancy Chodorov⁵³, as feministas da Diferença sustentam que as mulheres, em razão mesmo de sua ligação com a esfera doméstica e seu papel principal de genitora, desenvolveram um sentido de si fundamentalmente localizado (relação ao corpo), envolvente e relacional (cuidado com o Outro). Em oposição, o sentido masculino de si seria construído no abstrato, separado do mundo e do Outro.

Aprofundando a argumentação, Sara Ruddick⁵⁴ sustenta que a busca da liberdade é uma armadilha e significa a adoção do modelo masculino de si, da razão e do progresso; a ação política exige, ao contrário, a exploração do potencial subversivo dos valores femininos, em lugar de endossar um discurso que os invalida. A psicóloga Carol Gilligan, cujo livro *Une si grande différence* está na lista dos best-sellers, sugere por sua vez “colocar-se à escuta da voz diferente das mulheres” para conceber as relações com outrem, já que as mulheres atingiram, afirma ela, um estágio de desenvolvimento moral mais elevado, que “influencia sua relação com outrem e seu senso de responsabilidades.”⁵⁵ Unindo “coração e espírito,” o julgamento moral das mulheres provém de uma ética mais nobre que a dos homens, pois é fundada na “solicitude” e nas relações concretas com os outros, mais do que sobre o reconhecimento abstrato e racional de direito, característica da ética masculina.

A ambição das feministas da Diferença é de revalorizar a ética feminina existente no domínio da intimidade e do doméstico e conferir-lhe um caráter paradigmático. Pois, sustentam elas, a linguagem da modernidade refletiu-se não apenas em uma prática de opressão material, mas também em uma oposição sistemática e recorrente à consciência de si feminina, cujos valores e experiências – escuta do outro, altruísmo, generosidade, dom de si, amor, ternura, afetividade, cuidados, etc – foram desqualificadas no plano social e relegadas ao domínio do privado.

Ora, esta consciência de si feminina e a maneira de ser em relação ao Outro que a segue, deveria, ao contrário, constituir o fundamento mesmo de uma crítica da visão androcentrista da razão, da subjetividade, da justiça e da

liberdade. Para oferecer uma visão criadora e libertadora da vida, as feministas da Diferença propõem assim o exame dos valores da experiência materna dando espaço à esta “voz diferente” das mulheres, que a cultura dominante tem buscado sufocar. A consciência feminina de si, os “poderes elementais das mulheres de rememorar/de reconstituir”⁵⁶, seu modo de ser e de pensar de outra forma abririam o caminho à primazia de uma ética de *l’Etance*⁵⁷, da equidade, da não violência e da responsabilidade face aos outros. Uma tal ética, balizada pela história e a cultura das mulheres seria então estranha à todo impulso de controle e reconheceria ao Outro sua singularidade e individualidade.

Se as feministas da Diferença tomam como ponto de partida o confinamento das mulheres à esfera privada e a dimensão relacional de sua experiência materna para elaborar suas propostas teóricas sobre a ética feminina, as autoras que pertencem à corrente da crítica psicanalítica e literária orientam suas reflexões em torno das dimensões simbólicas e metafóricas da experiência materna.

Maternidade e relação à Mãe são aqui definidas como continente negro do pensamento moderno, aprisionado na sombra deformante da cultura binária falocêntrica e da linguagem normativa dos homens. Influenciadas pelos trabalhos de Lacan e Derrida, estas feministas, que Iris Young⁵⁸ classificou como “*Ginocêntricas*”, concentram-se na linguagem e na ordem simbólica para questionar o feminino e o espaço materno como lugares da diferença e do Ser Mulher. A maternidade torna-se assim um ato de criação e a ênfase posta sobre o potencial criador das mulheres, uma fonte de poder e identidade.

Será paradoxalmente na literatura francesa, citada constantemente pelas universitárias americanas⁵⁹, que esta metáfora tomará uma importância sem precedentes como linguagem de liberação do feminino. Pensar o feminino, mesmo fora de toda relação social concreta, torna-se uma ação de afirmação identitária. Esta via de liberação está circunscrita ao domínio das idéias e do Ser-Mulher. Visa a realização de um ser “psíquico” pela reapropriação do inconsciente, do território e do imaginário femininos próprios à experiência da maternidade, sem nenhuma referência à uma proposta coletiva de liberação das mulheres.

As autoras, que integram esta corrente, escolheram o trabalho em uma

perspectiva desconstrutivista para encontrar o Outro, seu corpo sexuado, na Ausência da linguagem. Muitas engajaram-se em uma teoria do sujeito que não seria apropriada pelo masculino e uma escrita integral⁶⁰, através da qual as mulheres poderiam identificar-se e reapropriar-se de seu imaginário e de sua identidade. Seu projeto é o de uma escrita da linguagem do corpo que permita fazer ressurgir os traços do feminino-maternal recalçado⁶¹, que se cala e se esconde e decifrá-lo fora do “falar homem.”⁶²

Para estas autoras, observa Céline Seguin, “o fato de ser do ‘segundo sexo’ ou de representar o Outro – o ausente, o marginalizado, o rejeitado, o excluído, o abandonado, o imanente – não constitui mais uma condição a ser transcendida. O feminino representa um Outro metafórico e esta alteridade, mais que uma condição de inferioridade, torna-se um modo de vida, de pensamento e de escrita que permite a abertura, a pluralidade, a diversidade, a diferença, para além do pensamento binário.”⁶³ Articulado à uma reflexão sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, como experiência da multiplicidade, “pois a mulher tem sexos um pouco em toda parte”⁶⁴, este discurso da *fémelléiste* busca refutar o elogio do “mesmo” e a primazia da razão instrumental característica da tradição filosófica ocidental.

Muitas das autoras, que originaram o pensamento *Fémelléiste*, escolherão, ao longo dos anos, de se afastar mais ou menos explicitamente do feminismo.⁶⁵ Elas criticam-no sobretudo por ser portador de uma lógica formal que tende a estabilizar, a tudo reorganizar, a racionalizar e a uniformizar, mais que encorajar a incorporação do instável, do difuso e da diferença.

Através de uma glorificação do feminino-materno como metáfora da alteridade, as arautas do *Fémelléisme Gynocêntrico* procuram se subtrair à uma lógica da assimilação e da negação da plenitude do corpo sexuado feminino. Pretendem levar as mulheres a se definir por si próprias, sem espelho deformante das normas e das referências investidas pelo sujeito masculino. O projeto é sedutor. Seu discurso valoriza as qualidades e as aptidões do feminino, ordinariamente desqualificadas. Okin vê aí “um feliz antídoto à superestimação dos homens pelo primeiro feminismo”⁶⁶. No meu entender, um tal discurso tem o mérito de tomar em consideração o aporte possível de uma reflexão sobre a cultura feminina nutridora à filosofia e à subversão dos conceitos de razão, de humanismo e de progresso.

Mas a dificuldade que apresenta esta corrente *fémelléiste* é séria, pois exalta, ou mesmo sacraliza um feminino-materno imutável, essencialmente inscrito no corpo, como locus e metáfora da alteridade e de contra-poder, sem precisar os contextos sociais das representações simbólicas invocadas⁶⁷ e a diversidade das limitações materiais/institucionais inerentes à experiência cotidiana da maternidade. Um Feminino e um Masculino invariáveis, permanentes, são assim fixados, sem aproximação possível de seu destino biológico, seu universo normativo e suas representações simbólicas.

Bastante diferentes uma da outra, estas duas tendências do feminismo da *Fémelléité* se reagrupam entretanto, na medida em que consideram que o discurso científico e o sistema de valores a ele articulado em torno do sujeito racional, procedem de um universo masculino que se opõe ao *etos* do feminino. Uma e outra colocam o problema da relação entre identidade e cultura. Uma e outra também teorizam as relações sociais de sexo fora de suas repercussões materiais e sociopolíticas concretas.

A primeira, entretanto, ao se opor à aculturação das mulheres à um modo de pensar que as exclui, à uma linguagem e um imaginário que lhes são estranhos, entende revalorizar, como expressão ética do feminino, a maneira maternal de se relacionar e de se ocupar dos outros, crianças e adultos.⁶⁸ A segunda, por sua vez, liga-se essencialmente à construção de um sujeito feminino, definido unicamente por sua experiência simbólica da maternidade e sua expressão estética, no ato de criação e da escrita feminina.

Certamente, nestes dois discursos a maternidade é reabilitada como espaço e território do feminino. Ou melhor, é reificada em poder, em uma linguagem mais próxima da poesia que da demonstração. Entretanto, se ambos dão margem à uma interpretação essencialista do feminino, é preciso notar que a problemática desenvolvida pelas feministas da Diferença aproxima-se mais de uma interpretação culturalista que essencialista: a especificidade feminina, ou deveríamos dizer, a especificidade das mulheres, à qual se referem, é menos a de sua experiência íntima e imediata de seus corpos sexuados que o produto histórico de relações sociais sexuadas e de relações institucionalizadas com a maternidade.

Apesar de seu poder evocador, de suas entonações líricas, estes discursos representam uma leitura que não leva em conta os aspectos históricos e

sociais. O feminismo Ginocêntrico, em suas expressões mais excessivas, sugere uma hipotética supremacia dos valores femininos ou, mais prosaicamente, a substituição dos valores masculinos pelos valores femininos. Quanto ao feminismo da Diferença, situa-se fora do tempo e de todo espaço real. Exclui toda evocação material da realidade dinâmica, mutante e sexuada na qual se pensam e se atualizam o feminino e a relação concreta e cotidiana com a criança, com suas incitações e limites, seus paradoxos e ambiguidades.

Além disso, as pensadoras da corrente da *Fémelléité* procedem à uma imbricação entre o feminino e a maternidade, que conduz certamente a uma nova concepção de femitude do sujeito-feminino a partir da única identidade materna. Uma tal argumentação se encontra em um outro *non sens* que consiste em definir todas as mulheres como mães e confunde, ou assimila, em nome de suas capacidade de procriar, a realidade, as necessidades e os interesses das primeiras aos das demais.⁶⁹ Para Jane Flax,⁷⁰ as teses desenvolvidas no seio do feminismo da Diferença repousam não somente sobre uma visão redutora da diversidade e da heterogeneidade das experiências vividas pelas mulheres, mas igualmente sobre uma idealização da maternidade, do *maternage* e da intimidade, que não levam em conta as múltiplas tensões, contradições e limitações marcando o vivido materno das mulheres e suas relações com a família, as crianças ou o cônjuge.

Extremamente essencialista, o feminismo da *Femelléité* não veicula nenhum projeto suscetível de incitar as mulheres ao engajamento político para melhorar suas condições de vida. Ao contrário, pela sua utilização constante da metáfora para exprimir o sujeito-mulher e sua ética, torna difícil a compreensão das realidades históricas, sociais e quotidianas das relações de sexo⁷¹, suprimidas, deformadas ou negadas pelos discursos e saberes androcêntricos dominantes.

○ FIM DAS GRANDES CORRENTES: PARA UM FEMINISMO SOLIDÁRIO

Assim, ao sabor dos anos, de palavras relativamente unificadas, o discurso feminista se divide e fragmenta do ponto de vista de suas intenções e de suas finalidades. Os projetos teóricos e políticos do feminismo se diversi-

ficam, enquanto que suas concepções de igualdade e liberação multiplicam-se e tornam-se cada vez mais complexas⁷².

O ideal democrático do “mesmo”, presente na origem da corrente feminista Igualitária, vê-se continuamente posto em questão pela recusa do “igual ao mesmo.” Por outro lado, o essencialismo mais ou menos explícito do feminismo da *Fémelléité*, é questionado por todas as que se recusam a se deixar limitar por uma definição singular, estática e apolítica, “de uma identidade de gênero da qual (o movimento feminista) contesta precisamente a permanência”⁷³ e as imposições instituídas. Uma unificação da palavra das mulheres, assim como sua mobilização em torno de uma teoria comum, projeto original na teoria e militância feminista, torna-se assim cada vez menos prioritário. Sobretudo porque, na esteira das idéias contemporâneas e da expressão dos singularismos, esta unidade e esta mobilização são vistas como quase impossíveis. As certezas progressivamente foram substituídas pelas dúvidas.

Já no fim dos anos 70, a representatividade e o potencial de reunião do movimento das mulheres fora colocado em dúvida pelas repetidas críticas de numerosos grupos ou coletivos de mulheres, que dificilmente se reconheciam em um projeto intelectual e social, principalmente pensado e animado por mulheres brancas, heterossexuais, de classe média. Feministas afro-americanas, coletivos de mulheres imigrantes ou autóctones, lesbianas ou ativistas dos países do Sul, para nomear apenas as mais presentes, acusavam as teorias feminista de silenciar suas situações respectivas e de promover um modelo de liberação pouco adaptado às necessidades das mulheres de condições sociais e de culturas outras.

Numerosas foram elas⁷⁴ a mostrar que a única evocação de condições comuns ou universais, ainda que politicamente eficaz para favorecer a mobilização inicial, não podia mais se sustentar, face à extrema variabilidade de situações vividas pelas mulheres e pelas questões sociopolíticas que fazem surgir. A polissemia dos conceitos, muitas vezes considerados a priori como feministas e universalmente aplicáveis, aparece assim em toda sua acuidade como materialização incontornável de conjunturas cultural e politicamente situadas e contingentes.⁷⁵ Algumas destas observações serão retomadas pelas feministas, que se situavam na profunda desilusão pós-moderna, em relação

às metanarrativas e aos grandes projetos coletivos, criticando às formulações teóricas e políticas do feminismo ocidental, sua dependência aos fundamentos filosóficos e políticos da modernidade e das premissas das grandes narrativas modernas.⁷⁶

Para estas teóricas “das” diferenças, que preconizavam sobretudo a incorporação da sensibilidade desconstrutivista aos modelos feministas de análise, a necessidade de um trabalho sobre a transformação do sujeito político “mulher”, com base em uma maior sensibilidade à alteridade, à diversidade, à multiplicidade e à complexidade, se impunha por si mesma⁷⁷; por outro lado, aquelas que se identificavam mais estreitamente ao pensamento pós-moderno eram refratárias à “perspectiva de propor a menor generalização a respeito das mulheres e do gênero.”⁷⁸

As discussões, na ocasião, forçaram as feministas a se mostrar mais atentas à interdependência dos diversos fatores de hierarquia e de divisão, em suas tentativas para explicar como e porque as ideologias e as estruturas patriarcais são reproduzidas através de um sem-número de formas e relações, tanto sob o pretexto de racionalismo ou de utilitarismo, quanto de naturalismo e de relativismo. O pensamento feminista contemporâneo interroga-se assim, cada vez mais, sobre o *ser mulher*, sobre o ser com o outro ou os outros. As noções de diferença, de indiferença, de diferenças, de identidade e de igualdade instalam-se no centro dos debates pelas feministas e suas críticas, enquanto a reflexão política centra-se, aos poucos, sobre as possibilidades de desenvolver e de manter uma perspectiva feminista solidária, ou global, que permitiria às mulheres permanecer em relação umas com as outras, “para aprender umas das outras, apesar da diversidade dos problemas e da necessidade de soluções particulares, adaptadas ao contexto.”⁷⁹ Em direção a um feminismo plural, pluralista e solidário.

Tensões e contradições sempre existiram entre as correntes de pensamento do movimento feminista. Mas se foram elementos de divisão e de oposição, também evoluíram em um *continuum* de interrelações intelectuais e militantes, somente possíveis pelo reconhecimento sociológico da relação de poder constitutivo da divisão social dos sexos, relação de poder esta tradicionalmente estabelecida sobre o princípio de exclusão das mulheres de todas as esferas do social, com exceção da família. Neste sentido, pode-se considerar

que as tensões e contradições contribuíram para o enriquecimento e mesmo a transformação dos modelos inicialmente propostos. Podem mesmo ser vistas como componentes dinâmicos do processo crítico multi-dimensional que marcou a evolução do pensamento feminista e nutriu sua ambição de teorizar a alteridade, a diversidade, as desigualdades, através dos múltiplos pontos de vista das mulheres, fazendo do combate pelos direitos das mulheres o mesmo que de todos os oprimidos.⁸⁰

Pensar o gênero como meio de “repensar a questão de sua relação ao sexo”⁸¹ é hoje explorado como possibilidade teórica para escapar à uma concepção dualista e imutável das relações entre os sexos, mais que como interpretação unitária e globalizante das experiências femininas.⁸² Nesta ótica, Scott⁸³ propõe o uso do conceito de “gênero” para por fim à toda representação ou interpretação “homogeneizante” do mundo das mulheres; uma interpretação deste tipo se apoiaria em uma comunidade de interesses ou de experiências “enquanto mulheres,” para desenvolver um ponto de vista feminista ou tentaria encontrar uma ética ou uma palavra que lhes seria própria. Scott vê no gênero uma “categoria útil de análise histórica,” não somente para que possa desenvolver uma consciência mais aguda das diferenças entre as mulheres e da variabilidade destas diferenças no tempo e no espaço, mas ainda para explorar e rever seus diferentes efeitos estruturantes na constituição dos grupos sociais.

Para as feministas das diferenças, a noção de gênero representa, de uma certa maneira, o instrumento de análise que permite “conceber o sujeito social e as relações de subjetividade/sociabilidade de uma outra forma: um sujeito constituído pelo gênero e não pela diferença sexual apenas, mas pelas linguagens e representações culturais, um gênero “generizado” e engendrado na experiência da raça e da classe, assim como da relação sexual, um sujeito não unificado, mas múltiplo e tão dividido quanto submetido à contradições.”⁸⁴

A maior parte das militantes e intelectuais feministas aderem sem reserva ao princípio que aponta para o descentramento da análise e da ação, mesmo diante de dificuldades para encontrar sua correspondência na prática. Julgam útil, porém, lembrar que a identidade “generizada” ou melhor “as identidades múltiplas dos sujeitos-mulheres não se constróem em um *vacuum*.”⁸⁵

Com efeito, desde os anos 80, a maior parte das teóricas feministas cessaram de buscar as origens universais ou únicas do patriarcado; foram unânimes em afirmar que o caráter historicamente situado de seu próprio olhar e das atrizes e atores sociais; enfim, preocuparam-se especialmente em desenvolver análises mais sensíveis à diversidade das experiências vividas pelas mulheres e à incidência de diversos fatores de sua hierarquização.

Entretanto, se hoje estão convencidas da pertinência de formular propostas teóricas em uma perspectiva pluralista e plural, muitas mostram-se reticentes em face ao reducionismo sociopolítico que perpassa certas análises pós-estruturalistas, quando teóricas tais como Flax, Weedon, Fraser e Nicholson⁸⁶ colam muito rapidamente à todas as escolas do pensamento feminista a etiqueta de essencialismo. Formulada muito superficialmente, uma tal crítica ignora a idéia fundadora das problemáticas feministas radicais materialistas ou socialistas, que efetivamente tomaram forma na recusa de explicar o confinamento das mulheres a um estado de inferioridade por argumentos de ordem natural ou biológica e que se interessaram à dimensão social da divisão dos sexos, bem como à dinâmica de sua reprodução em diferentes sociedades.

Da mesma forma, houve todo um questionamento do ponto de vista de autoras, tal como Weedon, que concebe o feminismo pós-estruturalista como uma opção superior, senão como uma primeira tentativa séria de teorizar o feminino.

Uma tal assertiva, por um lado, nega a importante produção teórica e empírica que colocou os Estudos Feministas no rol dos campos disciplinares, e por outro, negligencia o fato de que, há mais de três décadas agora, as feministas dissidentes lesbianas, afro-americanas, do terceiro-mundo, etc, mostraram a pertinência de repensar as mulheres, não somente sob o ângulo de sua relação com a dimensão sexuada de suas vidas, mas igualmente sob o ângulo das interdependência desta relação com as outras dimensões de sua experiência histórica e social.

Enfim, e mais inquietante, a meu ver, o ponto de vista pós-moderno não pode sustentar um projeto político feminista, já que seus pressupostos levam à rejeição da dinâmica estruturante e determinante das relações de sexo. Assim, o ponto de vista pós-moderno contribui à neutralização do

poder explicativo e subversivo das teorias feministas e incita à divisão mais do que à comunhão de saberes e experiências das mulheres. Em resumo, já que leva à fragmentação e divisão ao infinito das identidades e relações sociais, constitui um freio à construção de um projeto comum, pontual ou a longo prazo, não necessariamente consensual, mas aberto às preocupações de todas as mulheres e de todos os homens, “sem distinção de cor, orientação sexual, de estado civil, de religião, de convicção política, de língua, de origem étnica, de nacionalidade, de condição social, de idade e de condição física ou mental.”⁸⁷

Isto posto, parece-me que a questão atual, tanto teórica quanto política do feminismo, na fimbria do próximo milênio e de acordo com uma observação que tomo como empréstimo de Liliane Kandel,⁸⁸ é de saber como, em uma relação dialética, “manter pelas duas pontas a contradição entre universalismo e particularismo, entre tentações identitárias e projetos igualitários.”

Em que consistiria então uma verdadeira concepção feminista da sociedade? Na realidade, poucas feministas, mesmo entre aquelas que se inspiram da problemática pós-moderna, pensam que seria apropriado descartar as análises feministas globais ou as análises macro-estruturais das desigualdades sociais para forjar uma problemática plural e pluralista, que coloque no centro de sua argumentação o reconhecimento e não a ocultação das diferenças, em contextos sociopolíticos distintos e em movimento.⁸⁹

Para manter um “polo significativo de transformação social [...] em sociedades as mais diversas”⁹⁰, muitas feministas propõem formular, sobre a base da experiência coletiva das mulheres da divisão e da hierarquia das relações de sexo, uma crítica comum das ideologias e das instituições sociais dominantes, apoiando-se sobre as experiências das diferentes minorias, para melhor desconstruir o sentido e a lógica da recondução das relações de poder.

Assim, longe de propor a manutenção de uma ficção homogênea do mundo das mulheres, a sociologia feminista deve se concentrar na elaboração de métodos e instrumentos conceituais, bem enraizados no concreto e na historicidade, para melhor pensar a multiplicidade e a complexidade dos processos sociais sexuados e tentar reconciliar os objetivos da busca de igualda-

de das mulheres, com sua recusa de assimilar-se à norma masculina e com o reconhecimento de uma identidade social feminina, singular e múltipla.

A ambição de uma unanimidade feminista global, o perfil da cultura da diferença foram sendo progressivamente substituídos por uma cultura feminista das diferenças e uma vontade de mobilização plural, pluralista e solidária. Admite-se, por outro lado, que o pensamento feminista deve empenhar-se em não se alinhar à uma teorização do desengajamento e do individualismo, mas sobretudo deve manter uma reflexão teórica que milite em favor da mudança e da mobilização para derrubar as relações de poder, quaisquer que sejam sua forma e natureza.

Para chegar a isto, propõe-se, não somente ações pontuais de coalisão⁹¹, mas igualmente promover a adesão solidária em lugar de consensual do maior número possível de mulheres à um projeto feminista cujo ritmo, formas e as expressões seriam diversificadas⁹², mantendo, porém, como objetivo, a eliminação de processos sociais sexuais de divisão e hierarquização em obra nas sociedades do mundo.

A exemplo de muitas teóricas e militantes feministas, sou refratária à adoção de posições reducionistas ou associadas nas quais, os enunciados, as práticas e os projetos seriam todos considerados como equivalentes, fundamentando-se em um desconstrucionismo absoluto que não habilita ninguém a “falar legitimamente, estudar ou pretender saber o que quer que seja fora de sua experiência”⁹³ ou ainda em nome de um relativismo cultural sem nuances.

Parece-me, com efeito, que o futuro dos Estudos Feministas está em sua capacidade de evitar o fechamento em uma problemática do singular, do particular e do particularismo. Nesta ótica, devem também evitar a fragmentação ilimitada e autodestrutiva das solidariedades, pois a sobrevivência do feminismo, como discurso e prática, depende da existência mesmo de uma base coletiva de reflexão e de ação relativamente unificada. Uma análise mais acurada da complexidade das “identidades múltiplas e simultâneas das mulheres”⁹⁴ faz-se também necessária, assim como da “serialidade” de suas posições⁹⁵ na interdependência das relações sociais, buscando unir as mulheres em torno de reflexões comuns ou de ações pontuais de comum acordo.

Para conservar seu dinamismo e seu caráter subversivo, os Estudos Feministas deverão, assim, na prática, apoiar-se sobre a experiência concreta

e relacional das mulheres a fim de aprofundar seus conhecimentos sobre suas semelhanças, sem minimizar o que as separa umas das outras e as aproximam ou diferenciam também dos homens, em um sistema de relações que indubitavelmente continua a ser modelado pelas culturas e estruturas do poder patriarcal.

Enfim, sem rejeitar a idéia de se interrogar sobre a verdadeira significação da feminilidade e do feminino, os Estudos Feministas devem escapar ao romantismo de uma sacralização de um feminino materno essencial ou ao perigo da “naturalização” das relações homens/mulheres, totalmente em contradição com a definição de Estudos Feministas, compreendidos ao mesmo tempo como método de apreensão da dinâmica social e prática sociopolítica de transformação.

NOTAS

¹ A primeira, Christine de Pisan *La cité des Dames* [1404-1405], Paris, Stock, 1986, denunciava os esquecimentos voluntários da história sobre o papel desempenhado pelas mulheres na edificação das sociedades e a maneira como seus contemporâneos tratavam as mulheres. Autora prolífica, aventureira, abolicionista e feminista «avant les termes», Aphra Behn colocará a constestação do poder masculino no coração de sua obra e de sua ação política desde a primeira apresentação de sua primeira obra teatral: *The Forced Marriage* (1670). Em setembro de 1791, em resposta à «Déclaration des droits de l’homme et du citoyen», Olympe de Gouges redige sua própria «*Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*». Em 1792, uma educadora britânica, Mary Wollstonecraft, publica por sua vez um ensaio sobre *La défense des droits de la femme*. Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1973; título original em inglês: *A Vindication of the Rights of Woman*. Em colaboração com Lucretia Mott (1793-1880), Elizabeth Cady Stanton foi a instigadora do primeiro congresso feminista, *Women’s Rights Convention*, que se realizou em Seneca Falls, nos Estados Unidos em 1848. Ela foi igualmente, com Susan B. Anthony e outras ativistas da época, co-autora de uma série de volumes sobre a luta pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos.

² Sob este aspecto, Éliane Gubin lembra que, para sublinhar a atribuição de um segundo prêmio Nobel a Marie Curie, o jornal *Le Matin*, em seu número de 7 novembro de 1911, escrevia sobre ela: “Nós não lhe atribuímos paixão que pela ciência, o apêgo senão ao trabalho. Sua obra faz-nos esquecer seu sexo...” Éliane Gubin, “Créer. Hier et aujourd’hui”, *Sextant. Revue du Groupe interdisciplinaire d’études sur les femmes*,

FRANCINE DESCARRIES

Bruxelles, ULB, été 1994, p. 6.

³ Minhas reflexões são inspiradas pela obra de Dale Spender, *Women of Ideas and what Men Have Done to them from Aphra Behn to Adrienne Rich*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1982. Ver igualmente, da mesma autora, *Feminist Theorists: Three Centuries of Women's Intellectual Tradition*, Londres, The Women's Press.

⁴ Ti-Grace Atkinson. "Le nationalisme féminin", *Nouvelles questions féministes*, nos 6-7, 1984, pp. 35-54.

⁵ No contexto das ciências humanas e sociais, designa-se sob o termo "Estudos Feministas" um campo pluridisciplinar de conhecimentos, que se desenvolveu no meio universitário a partir dos 70. Não significa estudos unicamente centrados sobre as mulheres nem corrente homogênea de pensamento; debruça-se sobre as diferentes problemáticas que concernem diversos instrumentos conceituais e metodológicos para analisar a dimensão sexuada das relações sociais de hierarquização e de divisão social, assim como as representações sociais e as práticas que as acompanham, modelam e remodelam.

⁶ Elizabeth Grosz. "Sexual difference and the problem of essentialism", in Naomi Schor et Elizabeth Weed (dir.). *The Essential Difference*, Bloomington, Indiana University Press, 1994, p. 82-97.

⁷ Eleni Varikas. "Féminisme, modernité, postmodernisme: pour un dialogue des deux côtés de l'océan", in Denise Berger, *Féminismes au présent*, Paris, L'Harmattan, 1993, p. 59.

⁸ Marcelle Marini. "D'une création minoritaire à une création universelle". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, Éditions Tierce, no 45, automne 1990, p. 53.

⁹ Françoise Collin. "Le féminisme et la crise du moderne", in Lamoureux, Diane. *Fragments et collages: essai sur le féminisme québécois des années 70*, Montréal, Éditions du remue-ménage, 1986, p. 12.

¹⁰ Esta tese é central na obra de Christine Delphy desde a publicação de "L'ennemi principal", *Partisans*, vol. 54-55, 1970, pp. 157-172.

¹¹ Anne-Marie Daune-Richard e Anne-Marie Devreux. "Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique", *Recherches féministes*, vol. 5, no 2, 1992, p. 26.

¹² Colette St-Hilaire. "Le féminisme et la nostalgie des Grands Récits", *Cahiers de recherche sociologique*, no 23, 1994, p. 80.

¹³ Laura L. Frader. “Histoire des féminismes, différences et identités de classe en France au xxe siècle”, *Ephesia, La place des femmes. Les enjeux de l’identité et de l’égalité au regard des sciences sociales*, actes de la IVe Conférence mondiale sur les femmes, Paris, La Découverte, 1995, p. 359.

¹⁴ Michelle Perrot, “Identité, égalité, différence. Le regard de l’histoire”, in *Ephesia, op. cit.*, p. 46.

¹⁵ Estas três noções foram objeto de importante colóquio de pesquisa em Paris, na preparação da participação francesa à IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Beijing. Os anais deste colóquio, *op.cit. La place des femmes. Les enjeux de l’identité et de l’égalité au regard des sciences sociales.* .

¹⁶ Ver a este respeito: Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornell et Nancy Fraser. *Feminist Contentions. A Philosophical Exchange*, New York, Routledge, 1995; Naomi Schor et Elizabeth Weed, *op.cit.* Linda Alcoff et Elizabeth Potter. *Feminist Epistemologies*, New York, Routledge, 1993; Linda Nicholson (dir.). *Feminism/Postmodernism*, New York, Routledge, 1990; Chris Weedon. *Feminist Practice and Poststructuralist Theory*, New York, Basil Blackwell, 1987.

¹⁷ Designada sob a denominação *Integrative Feminisms* por Angela Miles em sua obra *Integrative Feminisms. Building Global Visions, 1960-1990s*, New York, Routledge, 1996. Sobre as perspectivas do feminismo Global ver: Charlotte Bunch. “Organizing for women’s human rights globally”, in Kerr Joanna. *Ours by Right: Women’s Rights as Human Rights*, Londres, Zed Press, 1993, pp. 141-194; Maria Mies, “The global is the local”, in Rosiska Darcy de Oliveira et Thais Corral (dir.), *Terra Femina*, Brazil, mai-juin 1992, pp. 54-68; Chandra Talpade Mohanty, Ann Russo et Lourdes Torres (dir.), *Third World Women and the Politics of Feminism*, Bloomington, Indiana University Press, 1991; Jessie Bernard, *The Female World from a Global Perspective*, Bloomington, Indiana University Press, 1987.

¹⁸ Ver Francine Descarries et Christine Corbeil, “Égalité, autonomie et survie. Du rêve à la réalité: les pratiques du mouvement des femmes”, *Nouvelles Pratiques sociales*, automne 1997, pp. 19-28.

¹⁹ Propondo este neologismo, Shirley Roy e eu queríamos acentuar o fato que esta corrente de pensamento designava como lugar do feminino um espaço entre o biológico – experiência do corpo – e o psicológico – constituindo assim uma síntese.

- ²⁰ Betty Friedan. *La femme mystifiée*, Paris, Gonthier, 1964 (version anglaise, 1963).
- ²¹ Ginette Castro. *Radioscopie du féminisme américain*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1984.
- ²² Jessie Bernard. *Born Female: The High Cost of Keeping Women Down*, New York, McKay, 1968 foi uma das primeiras a ter problematizado os custos da discriminação sexual. Na França, ver Andrée Michel. *Activité professionnelle de la femme et vie conjugale*, Paris, Éditions du CNRS, 1974. Ver também Vivian Gornick et Barbara K. Moran. *Women in Sexist Society*, New York, Signet Book, 1971 que apresenta um leque representativo dos temas abordados à época, assim como Marie-Agnès Barrère-Maurisson et autres, *Le sexe du travail* (Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, 1984). Mais recente, de Geneviève Fraisse. *La différence des sexes*, Paris, PUF, 1995.
- ²³ Textos fundadores: Kate Millett. *La politique du mâle*, Paris, Stock, 1971; Robin Morgan (dir.). *Sisterhood is Powerful*, New York, Vintage Books, 1970; artigos no número especial da revista *Partisans*, nos 54-55, juillet-octobre, 1970; Shulamith Firestone. *La dialectique du sexe*, Paris, Stock, 1972; Juliet Mitchell. *L'âge des femmes*, Paris, Éditions des Femmes, 1974, Nicole-Claude Mathieu. "Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe", *Épistémologie sociologique*, no 11, 1971, pp. 19-39; Christine Delphy, "Nos amis et nous. Les fondements cachés de quelques discours pseudo-féministes", *Questions féministes*, vol. 1, n. 1, novembre 1977, pp. 21-50.
- ²⁴ Sylvie Chaperon. "La deuxième Simone de Beauvoir", *Les Temps modernes*, 1996, p. 112.
- ²⁵ Ginette Castro. *Op. cit.*, p. 282.
- ²⁶ Este é o título do artigo, *op. cit.*, de Christine Delphy publicado em 1970.
- ²⁷ Christine Delphy. "Un féminisme matérialiste est possible", *Nouvelles questions féministes*, no 4, 1982, pp. 51-86; "Agriculture et travail domestique: la réponse de la bergère à Engels", *Nouvelles questions féministes*, no 5, printemps 1983, pp. 3-17.
- ²⁸ Colette Guillaumin. "Pratique du pouvoir et idée de Nature: 1. L'appropriation des femmes", *Questions féministes*, n. 2, février 1978, pp. 5-30; Paola Tabet, "Fertilité naturelle, reproduction forcée", in Nicole-Claude Mathieu (dir.). *L'arraisonnement des femmes: essais en anthropologie des sexes*, Paris, École des hautes études en sciences sociales, 1985, pp. 61-147.
- ²⁹ Adrienne Rich. *Naître d'une femme, la maternité en tant qu'expérience et*

institution, Paris, Denoël-Gonthier, 1986.

³⁰ Collectif les Chimères, *Maternité esclave*, Paris, UGE, coll. 10/18, 1975; Collectif l'insoumise (Genève), *Le foyer de l'insurrection*, Carouge (Suisse), Collectif l'insoumise, 1977; Natalie V. Sokoloff. *Between Money and Love. The Dialectics of Women's Home and Market Work*, New York, Praeger, 1980.

³¹ Joyce Trebilcot (dir.). *Mothering: Essays in Feminist Theory*, Totowa (N.J.), Rowman and Allan, 1983; Mary O'Brien. *La dialectique de la reproduction*, Montréal, Éditions du remue-ménage, 1987 (édition américaine, 1981); Nancy Chodorow. *The Reproduction of Mothering, Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, Berkeley, University of California Press, 1978.

³² Nancy Friday. *Ma mère, mon miroir*, Paris, Laffont, 1979 (édition américaine, 1977); Luce Irigaray, *Le corps à corps avec la mère*, Paris, Éditions de la Pleine Lune, 1981; Jane Gallop. *The Daughter's Seduction: Feminism and Psychoanalysis*, Itaca, Cornell University Press, 1982.

³³ Entre outros ver: Barbara Love & Sydney Abbot. *Sappho was a Right-on Woman: A Liberated View of Lesbianism*, New York, Stein and Day, 1972; Radicalesbians, "The Woman-Identified Woman", in Hoedt Anne et alli (dir.). *Radical Feminism*, New York, Quadrangle Books, 1973, pp. 240-245; Jill Johnson. *Lesbian Nation, The Feminist Solution*, New York, Simon & Schuster, 1974; Monique Wittig. "On ne naît pas femme", *Questions féministes*, n. 8, 1980, pp. 75-84; Adrienne Rich. "La contrainte à l'hétérosexualité ou l'existence lesbienne", *Nouvelles questions féministes*, no 1, mars 1982, pp. 15-43.

³⁴ Sandra Harding et Merill B. Hintikka (dir.). *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science*, Dordrecht (Hollande), D. Reidel Publishing, 1983.

³⁵ Dorothy E. Smith, "Le parti pris des femmes", dans Yolande Cohen (dir.). *Femmes et politique*, Montréal, Le Jour, coll. "Idéelles", 1981, pp. 139-147.

³⁶ Geneviève Fraisse. "Entre égalité et liberté", in *Ephesia, op.cit.*, pp. 387-393.

³⁷ Catherine MacKinnon. *Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1987; Anne-Marie Daune-Richard et Anne-Marie Devreux, *op. cit.*, pp. 7-30; Marie-Claude Hurtig, Michèle Kail & Hélène Rouch (dir.), *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*, Paris, CNRS, 1991.

³⁸ Bonnie J. Fox. «Conceptualizing 'Patriarchy'», *Revue canadienne de sociologie et d'anthropologie*, vol. 25, no 2, 1988, pp. 163-182

³⁹ Anne-Marie De Vilaine, Laurence Gavarini & Michèle Le Coadic (dir.). *Maternité en*

mouvement: les femmes, la re/production et les hommes de science, Montréal, Éditions Saint-Martin, 1986, pp. 17-21; Marisa Zavalloni (dir.). *L'émergence d'une culture au féminin*, Montréal, Éd. Saint-Martin, 1987; Margaret A. Simon. "Motherhood, feminism and identity", *Women's Studies International Forum*, vol. 7, no 5, 1984, p. 349-369; "Le féminisme une redéfinition des identités", *Ephesia*, *op. cit.*, partie 5, pp. 328-369.

⁴⁰ Entre os primeiros trabalhos a este respeito, mencionamos: Geneviève Delaisi de Parseval & Alain Janaud. *La part du père*, Paris, Seuil, 1981; Annie Leclerc. *Hommes et femmes*, Paris, Bernard Grasset, 1985; Elizabeth Badinter. *L'un est l'autre. Des relations entre hommes et femmes*, Paris, O. Jacob, 1992.

⁴¹ Betty Friedan. *Femmes: le second souffle*, Montréal, Éditions Stanké, 1983 (édition américaine, 1976).

⁴² Germaine Greer. *Sexe et destinée*, Paris, Grasset, 1986 (édition anglaise, 1984); Virginia Held. "The obligations of mothers and fathers", in Vetterling-Braggin Mary (dir.). *Feminity, Masculinity and Androgyny*, New Jersey, Rowman and Littlefield, 1982; Jean Bethke Elshtain. *Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought*, Princeton, Princeton University Press, 1981.

⁴³ O best-seller de Naomi Wolf. *Fire with Fire*. Toronto, Random House, 1993, é exemplar nesta perspectiva.

⁴⁴ Un dossiê interessante sobre esta questão foi apresentado pela revista *Nouvelles questions féministes* em número especial *Parité - Pour*, vol. 15, no 4, 1994. Ver igualmente o capítulo "Égalité, différences, rapports de pouvoir", in *Ephesia*, *op. cit.*, pp. 375-406.

⁴⁵ Susan Moller Okin, "Sur la question des différences", dans *Ephesia*, *op. cit.*, p. 60.

⁴⁶ Ver especialmente Drucilla Cornell, *Beyond Accomodation. Ethical Feminism, Deconstruction, and the Law*. New York, Routledge, 1991.

⁴⁷ Entre os textos mais importantes Mary Daly. *Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism*. Boston, Beacon Press, 1978, de Luce Irigaray. *Éthique de la différence sexuelle*. Paris, Minuit, 1984.

⁴⁸ Fizemos uma tradução aproximada "Femintude", um neologismo, porém preferimos manter esta denominação, guardando sua originalidade (NT).

⁴⁹ Obras representativas: Sara Ruddick, "Maternal thinking", *Feminist Studies*. Vol. 6, no 2, été 1980, pp. 342-367, de Jean Bethke Elshtain, *op. cit.*, e de Carol Gilligan. *Une si grande différence*. Paris, Flammarion, 1986.

⁵⁰ Entre as autoras mais conhecidas desta tendência temos: Luce Irigaray. *Speculum de l'autre femme*. Paris, Minuit, 1974, e *Ce sexe qui n'en est pas un*. Paris, Minuit, 1977; Hélène Cixous. "Le rire de la Méduse", *L'Arc*, 1975, no 61, pp. 39-54; e Julia Kristeva. *Histoire d'amour*. Paris, Denoël-Gonthier, 1983.

⁵¹ Ver, para esta tendência na França, os trabalhos de Sonia Dayan-Herzbrun, "La grève des ventres". *Connexions*, no 27, 1979, pp. 85-100, e "Production du sentiment amoureux et travail des femmes". *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. 72, janvier-juin 1982, pp. 113-130.

⁵² Esta questão é o fio condutor dos ensaios publicados por Anne-Marie De Vilaine, Laurence Gavarini et Michèle Le Coadic (dir.), *op. cit.*, e Marisa Zavalloni (dir.). *Op. cit.*.

⁵³ Nancy Chodorow. *The Reproduction of Mothering, Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Berkeley, University of California Press, 1978.

⁵⁴ Sara Ruddick. *Op. cit.*.

⁵⁵ Carol Gilligan. *Op. cit.*, p. 66.

⁵⁶ Mary Daly. "Pouvoirs élémentaux des femmes: re-mémoration/re-membrement", in Zavalloni, Marisa (dir.). *Op. cit.*, pp. 133-146.

⁵⁷ *L'Étance* seria o «Estado-de-ser», o ser em si mesmo do feminino. (NT)

⁵⁸ Iris Marion Young. "Humanism, gynocentrism and feminist politics", *Women's Studies International Forum*, vol. 8, no 1, 1985, pp. 173-183.

⁵⁹ Eleanor H. Kuykendall. "Subverting essentialism", *Hypatia*, vol. 6, no 3, 1991 «Irigaray and Kristeva», in Nancy K. Miller (dir.). *The Poetics of Gender*, New York, Columbia University Press, 1986, pp. 157-182; Elizabeth Gross. "Philosophy, subjectivity and the body: «Kristeva and Irigaray», in Carole Pateman e Elizabeth Gross (dir.). *Feminist Challenges. Social and Political Theory*, Boston, Northeastern University Press, 1986, pp. 125-143.

⁶⁰ Nicole Brossard. "De radicales à intégrales", in Zavalloni, Marisa (dir.), *op. cit.*, pp. 163-174; Luce Irigaray (dir.). "Le sexe linguistique", *Langages*, no 85, 1987, e *Le temps de la différence. Pour une révolution pacifique*, Paris, Librairie générale française, Le Livre de Poche, 1989.

⁶¹ Isabelle Lasvergnas-Grémy. "La trace du féminin dans la pensée? Quelques échos des débats contemporains sur l'altérité", *Cahiers de recherche sociologique*, vol. 4, no 1, 1986, pp. 115-137.

⁶² Luce Irigaray. *Éthique de la différence sexuelle*, op.cit., 1984, p. 25.

⁶³ Céline Séguin. Féminisme et postmodernisme: vers une alternative féministe postmoderne?, texte polycopié, 1992, p. 45.

⁶⁴ Luce Irigaray. *Ce sexe qui n'en est pas un*, op. cit., p. 28.

⁶⁵ Ver a este respeito Julia Kristeva e Hélène Cixous.

⁶⁶ Susan Moller Okin, op. cit., p. 58

⁶⁷ Joan W. Scott. "Genre: une catégorie utile d'analyse historique", *Les Cahiers du GRIF*, nos 37-38, 1987, pp. 125-153.

⁶⁸ Margaret A. Simons. "Motherhood, feminism and identity", *Women's Studies International Forum*, vol. 7, no 5, 1984, pp. 349-359.

⁶⁹ Christine Delphy. "Libération des femmes ou droits corporatistes des mères", *Nouvelles questions féministes*, nos 16-17-18, 1991, pp. 93-118. Para mais informações sobre a problemática da maternidade ver Evelyn Nakano Glenn, "Social constructions of mothering: A thematic overview", in Evelyn Nakano Glenn, Grace Chang e Linda Rennie Forcey (dir.). *Mothering. Ideology, Experience, and Agency*, New York, Routledge, 1994, pp. 1-32; Francine Descarries & Christine Corbeil. "Entre discours et pratiques: l'évolution de la pensée féministe sur la maternité depuis 1960", *Nouvelles questions féministes*, vol. 15, no 1, 1994, pp. 69-93.

⁷⁰ Jane Flax. "Postmodernism and gender relations in feminist theory", *Signs*, vol. 12, no 4, 1987, pp. 621-643.

⁷¹ Maryse Guerlais. "Vers une nouvelle idéologie du droit statutaire: "Le temps de la différence de Luce Irigaray", *Nouvelles questions féministes*, nos 16-17-18, 1991, p. 63-92.

⁷² Huguette Dagenais (dir.). *Science, conscience et action. 25 ans de recherche féministe au Québec*, Montréal, Éditions du remue-ménage, 1996.

⁷³ Micheline De Sève, "Femmes, action politique et identité", *Cahiers de recherche sociologique*, no 23, 1994, p. 26

⁷⁴ Alguns exemplos: Margaret A. Simons. "Racism and feminism: A schism in the sisterhood", *Feminist Studies*, vol. 5, no 2, 1979, pp. 384-407; Angela Davis. *Women, Race and Class*, New York, Vintage Books, 1981; Gloria Joseph. "The incompatible ménage à trois: Marxism, feminism and racism", in Lydia Sargent (dir.). *Women and Revolution*, Montréal, Black Rose, 1981, pp. 91-107; Gloria Joseph et Jill Lewis. *Common*

TEORIAS FEMINISTAS: LIBERAÇÃO E SOLIDARIEDADE NO PLURAL

Differences: Black and White Feminist Perspectives, Garden City (N.Y.), Anchor Press/Doubleday, 1981; Bonnie Thornton Dill. "Race, class and gender: Prospects for an all-inclusive sisterhood", *Feminist Studies*, vol. 9, no 1, 1983, p. 131-150; Bell Hooks. *Feminist Theory. From Margin to Center*, Boston, South End Press, 1984; Evelyn Nakano Glenn. "Racial ethnic women's labor: The intersection of race, gender and class oppression", *Review of Radical Political Economics*, vol. 17, no 3, 1985, pp. 86-108. Mais recente: Gita Sen & Caren Crown. *Femmes du Sud. Autres voix pour le xxie siècle*, Paris, Côté-femmes, 1992. Sobre o lesbianismo ver, entre outras Monique Wittig. "La pensée straight", *Questions féministes*, no 7, février 1980, pp. 45-53; Line Chamberland. "Le lesbianisme: continuum féminin ou marronnage? Réflexions féministes pour une théorisation de l'expérience lesbienne", *Recherches féministes*, vol. 2, no 2, 1989, pp. 135-146; Shane Phelan. *Identity Politics: Lesbian Feminism and the Limits of Community*, Philadelphie, Temple University Press, 1989; Sarah Franklin & Jackie Stacey. "Le point de vue lesbien dans les études féministes", *Nouvelles questions féministes*, nos 16-17-18, 1991, pp. 119-136; Christine Holmlund. "The lesbian, the mother, the heterosexual lover: Irigaray's recordings of difference", *Feminist Studies*, vol. 17, no 2, été 1991, pp. 283-308.

⁷⁵ As difíceis negociações para se chegar a uma linguagem coletivamente aceitável nas instâncias internacionais, como a IV Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Beijing, em 1995 são exemplos dos problemas encontrados.

⁷⁶ Chris Weedon. *Op.cit.*; Linda J. Nicholson (dir.). *Op.cit.*; Jane Flax, *Thinking Fragments: Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West*, Berkeley, University of California Press, 1990.

⁷⁷ Colette St-Hilaire. *Op. cit.*.

⁷⁸ Susan Moller Okin, *Op. cit.*, p. 64

⁷⁹ *Idem.*, pp. 65-66.

⁸⁰ Françoise Picq, "Introduction: des mouvements féministes entre spécificité et universalité", in *Ephesia, op. cit.*, p. 334.

⁸¹ Christine Delphy, "Penser le genre: Quels problèmes?", in Hurtig, Marie Claude, Kail, Michèle e Rouch, Hélène (dir.). *Op. cit.*, p. 94.

⁸² Linda J. Nicholson. "Interpreting gender", *Signs*, no 20, 1994, pp. 79-92.

⁸³ Joan Scott. *Op. cit.*

⁸⁴ Teresa De Lauretis. *The Technologies of Gender. Essays on Theory, Film and Fiction*,

Bloomington, Indiana, University Press, 1987, p. 2.

⁸⁵ Micheline De Sève. *Op. cit.*, p. 32.

⁸⁶ Ver Jane Flax. *Op. cit.*; Chris Weedon. *Op. cit.*; e em particular, a introdução de Nancy Fraser.

⁸⁷ Fédération des femmes du Québec, *Marche mondiale des femmes 2000*, vol 1, no 1, avril 1998, p. 1.

⁸⁸ Liliane Kandel. "Féminisme, multiculturalisme, cosmopolitisme: migrations de l'identité dans les mouvements de femmes", in *Ephesia*, *op. cit.*, p. 363.

⁸⁹ Ver artigo Sandra Harding. "Feminism, science, and the anti-enlightenment critiques", in Nicholson, Linda J. (dir.). *Op. cit.*, pp. 83-106. Ver também, Christine Di Stefano. "Dilemmas of difference: Feminism, modernity, and postmodernism", in Nicholson, Linda J. (dir.). *Op. cit.*, pp. 63-82.

⁹⁰ Micheline De Sève. *Op. cit.*, pp. 25 e 32.

⁹¹ Laura L. Frader. *Op. cit.*

⁹² Este é o principal objetivo das responsáveis pela organização da «Marche de l'an 2000» organizada pela Fédération des femmes du Québec.

⁹³ Susan Moller Okin. *Op. cit.*, p. 64.

⁹⁴ Elizabeth V. Spelman. *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston, Beacon Press, 1988.

⁹⁵ Iris M. Young. "Gender as seriality: Thinking about women as a social collective". *Signs*, n. 19, 1994, pp. 713-738.

RESUMO

Tendo como eixo de análise as relações sociais de sexo e sua modificação como alvo estratégico, os estudos feministas impuseram-se progressivamente como caminho crítico e problematizante de transformação. Em seguida à evocação das três grandes tendências que informaram o pensamento feminista nas últimas décadas, a autora indaga se o discurso feminista atual participa ainda destes pressupostos. Seria possível propor um projeto social inédito, fundamentado em um novo contrato entre os sexos e de alimentar uma luta feminista aberta às diversidades e diferenças, sem perder entretanto sua coesão e seu poder de coalisão?

PALAVRAS-CHAVE: relações sociais, relações de sexo, feminismo, estudos feministas, pensamento feminista, movimento de mulheres, diferença, identidade, contrato social, gênero.

ABSTRACT

By situating gender relations at the core of their conceptual elaboration and inscribing their transformation as a strategic issue, feminist studies have progressively come to the fore as a critical approach and as a problematic for change. Following a review of the three major currents of thought that have developed within feminism over the past few decades, the author asks whether the different strands of current feminist thinking are still engaged in these same ends. Are they still able to put forward an original social project, and to imagine the terms of a new contract between the genders? Are they able to nourish a united feminist struggle open to diversity and difference, but which loses nothing of its cohesion and rallying power?

KEY-WORDS: social relations, gender relations, feminism, feminist studies, feminist thought, women's movement, difference, identity, social contract, gender.